

# Arquivos Escolares: um tesouro em perigo.

Daniela Cristina Lopes de Abreu

*Doutoranda da FE/USP*

*Professora da Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro*

*E-mail: dani\_abreu@bol.com.br*

## Introdução

O artigo em questão discute a organização e a manutenção dos arquivos escolares, que constituem instrumentos fundamentais para a história da escola e a construção da memória educativa. Os arquivos escolares constituem o arcabouço das fontes de informação, diretamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, colocando tais instituições em posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos e dos processos de socialização.

O trabalho buscou, por meio de um levantamento e catalogação, inventariar a natureza dos documentos do primeiro Grupo Escolar da cidade de Rio Claro (textos legais, relatórios, livros de matrículas, livros de frequência, atas de reuniões, folhas de pagamento, lista de mobiliário, entre outros) no período de 1900, ano da criação da escola, até 1940. A organização final deste acervo poderá suscitar novas pesquisas que possibilitem pensar as trajetórias de alunos e professores; investigar a organização do espaço escolar; analisar a escola a partir de sua interioridade; discorrer sobre a relação entre arquivos escolares e cultura escolar, ou seja, permite uma multiplicidade de leituras daquela escola.

## Arquivos Escolares

Os arquivos e os seus documentos têm adquirido uma importância crescente no campo da história da educação. Eles possuem informações que permitem introduzir a uniformidade na análise realizada sobre os vários discursos que são produzidos pelos atores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais, os quais têm representações diversas relativamente à escola e expressam-nas de formas diversificadas.

O cruzamento que se estabelece entre os dados obtidos, através da análise dos documentos de um arquivo escolar, permite realizar correlações estreitas entre as diversas informações – também obtidas em fundos documentais externos à escola –, revelando um elevado índice de coerência e lógica internas do fundo arquivístico e o papel central dos seus documentos para a compreensão da organização e funcionamento da instituição que os produziu (MOGARRO, 2001).

Os documentos de arquivo (manuscritos e datilografados, no caso dos mais recentes) refletem a vida da instituição que os produziu. No entanto, as informações fornecidas por tais documentos têm, necessariamente, de ser cruzadas com os dados que se encontram em fontes de outra natureza, apresentando-se em suportes variados e sob formas diversificadas. Muitas dessas fontes de informação encontram-se no exterior da escola a que dizem respeito e, conseqüentemente, do seu arquivo, sendo parte integrante de um universo que hoje é múltiplo e complexo.

Esse universo engloba as fontes de informação mais tradicionais e consagradas, assim como aquelas que conquistaram recentemente o seu lugar neste contexto; reúne fontes produzidas no interior das instituições, e também outras que lhe (ao universo) são exteriores; muitos dos seus documentos estão marcados pela materialidade dos seus suportes, outros pela oralidade com que os atores educativos expressaram os seus discursos. Ao localizar estes materiais, podemos estabelecer uma geografia documental sobre a escola:

- ✓ Textos legais e documentos emanados do poder central;
- ✓ Estatísticas oficiais;
- ✓ Relatórios técnicos, elaborados por inspetores, reitores e diretores de escolas;
- ✓ Regulamentos, circulares, normas e outros textos gerados pela instituição escolar e de circulação interna, mas



Foto do Grupo Escolar Joaquim Salles. Imagem do acervo do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Sem data.

que também podem ser documentos que asseguram o fluxo de comunicação entre o organismo político de tutela e a própria escola;

- ✓ Documentos administrativos e pedagógicos, que constituem grande parte do acervo arquivístico de cada instituição educativa;

- ✓ Publicações exteriores à escola – livros, artigos de jornais e revistas e afins. São trabalhos científicos, pedagógicos e culturais, poesias, que muitas vezes surgem na imprensa regional e na imprensa pedagógica, da autoria de professores da instituição, os quais também publicaram livros, expressando, por meio dessas diversas modalidades a sua cultura profissional;

- ✓ Equipamento, mobiliário escolar e objetos de diversa natureza;

- ✓ Materiais didáticos, que se encontram na escola, mas também, em muitos casos, integram acervos exteriores à instituição;

- ✓ Trabalhos escolares de alunos que, geralmente, pertencem a es-

pólios particulares e revelam o significado atribuído pelas pessoas à escola e aos processos educativos, ao longo dos seus percursos de vida;

- ✓ Fotografias e outros documentos de natureza iconográfica;

- ✓ Testemunhos orais de professores, alunos, funcionários e outros elementos que exerceram funções no sistema educativo, na escola e na comunidade.

No seu conjunto, essas fontes de informação exigem do investigador uma atitude necessariamente atenta aos contextos educativos e culturais em que foram produzidas e à seleção a que sucessivamente foram submetidas pelas gerações de atores sociais que as tutelaram, ocupando diferentes níveis de poder decisório sobre elas e sobre a sua preservação ou eliminação. Em consequência, esses documentos constituem produções múltiplas, que refletem a própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares

e formativas, assim como a diversidade e pluralidade dos meios de intervenção dos agentes educativos.

Os arquivos escolares devem ser objeto de cuidadosa preservação. Seu estudo sistemático está longe de ser realizado. Nesse sentido, este trabalho realizou o levantamento do material localizado no arquivo do primeiro Grupo Escolar de Rio Claro, resgatando toda a importância da escola para o período e organizando um acervo para futuros pesquisadores que se aventurarem nessa temática.

### **Grupo Escolar Joaquim Salles**

A implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo ocorreu no interior do projeto republicano de educação popular. Os republicanos mitificaram o poder da educação, depositando nela o poder de regeneração da nação. Neste sentido, surgem como símbolos, com uma concepção e escola renovada e uma nova concepção



arquitetônica, a qual organiza tempo e espaço como apontam Escolano, Frago e Viñao.

Como bem ressalta Escolano (1993), a arquitetura escolar é uma forma de escritura do espaço. A arquitetura é, por si mesma, uma propaganda, uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que abrange diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos.

Para Viñao (1993, p.77), os elementos básicos da atividade educativa são tempo e espaço, uma vez que a escola, enquanto instituição, ocupa um lugar no espaço, espaço esse que tem relações pessoais, interpessoais e configurações arquitetônicas que o definem. Destaca, ainda, que o lugar é sempre o mesmo, onde se aprende, se ensina e onde se cria, mas o tempo pode ser diferente para professores e alunos. Além disso, esse espaço jamais é neutro, pois se comunica. O autor atribui a difusão desse modelo de escola a dois aspectos: o pedagógico e o arquitetônico.

O primeiro implicava a identificação dos alunos em grupos os mais homogêneos possíveis a fim de facilitar o ensino simultâneo, a fragmentação do currículo em graus e a especialização ou divisão do trabalho dos professores. O segundo era a construção dos edifícios ad hoc com várias salas de aula e a atribuição a cada professor de uma sala de aula independente sob a supervisão de um diretor.

Para os republicanos paulistas, o edifício escolar servia também como estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e os pensamentos de homens ilustres, os símbolos religiosos, algumas máximas morais e higiênicas, o sino e o relógio, tal fato expressa toda

uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos, sociais e morais.

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações (...) além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados (SOUZA: 1998b, p. 241).

A organização temporal marcou o ensino primário paulista, quanto à divisão do tempo em horários pré-definidos, à duração do ano letivo e à jornada escolar, mas os programas de ensino, a hierarquização de poderes e a divisão de trabalhos, também fizeram parte da identidade escolar.

Segundo Souza,

(...) o grupo escolar republicano inaugura uma nova ordenação do tempo escolar. O tempo é, agora, marcado pelo relógio, presença obrigatória na parede de cada sala de aula. O emprego do tempo ganha importância e significado na organização racional de ensino da escola primária republicana. Em relação ao uso do tempo, várias prescrições são estabelecidas pela reforma da instrução pública em São Paulo: a proposição do calendário escolar que fixará o início e o término do ano letivo, as férias, as interrupções devido a feriados, o horário das aulas e as pausas para descanso: (1998b, p. 214).

A propósito, Escolano (1992) considera o tempo escolar um elemen-

to estrutural da escola que materializa as concepções e os modos de educação, além de instituir um discurso pedagógico e cultural. Os tempos do relógio e do calendário são estruturas que se internalizam, a partir dos primeiros anos de aprendizagem. Marcar o tempo escolar constitui um esquema básico, destinado à regulação da vida e necessário, pois o homem tem um relógio biológico que precisa de organização temporal. A ordem do tempo educativo surgiu, de um lado, como aponta Escolano (1992), da interação entre os rituais e as disciplinas da modernidade e, de outro lado, dos modelos de controle social e os aparatos do Estado contemporâneo.

Esse tipo de organização temporal já preparava o indivíduo para o processo de industrialização, no qual era necessário o cumprimento de horários pré-estabelecidos. Percebemos que as regulamentações internas da escola, de certo modo, estavam a serviço do mercado que então se instalava.

Conforme destaca Souza (1998a), a formação do homem moderno exigia uma soma maior de conhecimentos. Ancorados no princípio da ciência, da valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho, iniciam a construção de um projeto cultural a ser operacionalizado pela escola. Segundo a autora, esse projeto articulava as ideias de uma educação integral (compreendendo a educação física, intelectual, moral e as necessidades de homogeneização cultural e de civilização de massas). Esse é o motivo pelo qual as discussões quanto aos programas de ensino serão tão evidenciadas nos relatórios dos inspetores. O programa era visto como um instrumento por meio do qual a escola realizaria as finalidades a ela atribuídas. Nesse sentido, o controle do tempo era, então, importante.

Para Escolano (1992), a mediação do tempo resulta ser um poder sobre a duração, uma conquista em si

1904

Numero de Matrícula	Numero de ordem no anno	NOMES	IDADES			NATURALIDADE	EPO	
			DIA	MEZ	ANNO		Na	p
85	38	Paschoa Casella	25	Março	91	Rio Claro	1	0
86	39	Rebriana Ferri	29	Junho	95	"	1	
87	40	Philomena Ursina	5	Dezembro	94	"	1	
88	41	Rosina Campilongo	14	Setembro	95	Italia	1	
89	42	Sebastiana de Campos	15	Novembro	93	Campinas	1	
90	43	Sebastiana Runge	11	"	94	Rio Claro	21	
91	44	Sylvia Botelho	9	Abril	95	"	1	
92	45	Therese Tedesco	4	"	93	Italia	2	
93	46	Julmira A. Rodrigues	16	Outubro	95	Serne	1	
94	47	Leonor de Barros	20	Dezembro	"	Rio Claro	1	
95	1	Nida Barsotti	14	"	96	"	1	
96	2	Alina Silva	20	Janerio	94	"	1	
97	3	Anna Grassini	21	"	"	"	2	
98	4	Anna Pires	18	Março	95	"	1	
99	5	Assumpta Monaco	15	Agosto	93	Sa Paulo	1	
100	6	Augusta Fontes	6	Janerio	95	Rio Claro	1	
101	7	Aurora Porto	5	Dezembro	91	Sa Paulo	1	
102	8	Bernadina dos Conceitos	28	"	93	Rio Claro	21	
103	9	Clorinda Barnosi	21	Janerio	91	"	1	
104	10	Rosina Olivetti	26	Setembro	94	Italia	1	

Livro de Matrícula. Foto do arquivo da Escola Joaquim Salles. Datado de 1904.

mesma. Por isso, os calendários foram objetos emblemáticos confeccionados desde as culturas pré-clássicas, pela arte de medir e por detentores carismáticos do poder. Apropriar-se do tempo e do espaço são chaves do domínio e do triunfo.

Nessa perspectiva, os trabalhos escolares, as horas e os dias constituem marcos de aprendizagem e mecanismos de autorregulação do comportamento da infância. A organização das instituições educativas não são apenas elementos estruturais, são também dimensões que afetam toda a ordem pedagógica da instituição, desde o currículo, os métodos e a cultura que configuram a realidade educativa. Deste modo, a uniformidade das atividades é imprescindível.

A cidade de Rio Claro desenvolveu-se a partir da expansão cafeeira, na direção do oeste paulista, na primeira metade do século XIX. As terras, distribuídas na forma de sesmarias, foram então ocupadas e a nova cultura substituiu a da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, posseiros foram expulsos das terras, e delimitaram-se as divisas dos latifúndios.

Embora a região possuísse faixas de terras propícias ao plantio do café, o fim do tráfico de escravos gerava um impeditivo quanto à mão de obra. Outro ponto dizia respeito ao transporte do café até o porto de Santos o que, naquele tempo, era realizado por animais, tornando a operação muito cara e insegura. No entanto, em 1867 foi inaugurada a ligação ferrori-

ária entre Santos e Jundiá, resolvendo o problema do transporte, e a partir de 1876, passou a ser ponto de baldeação das cargas que vinham de São Carlos.

Segundo Santos (2000, p. 94)

A influência da Cia. Rio Claro de Estradas de Ferro para a urbanização de São João Batista do Rio Claro foi considerável. Em primeiro lugar, porque sua sede foi instalada em Rio Claro; formou-se um entroncamento ferroviário na cidade para baldeação entre as duas bitolas. Em segundo lugar, instalaram ali um dos mais importantes segmentos que vinha somar-se ao já expressivo número de serviços oferecidos à população. Em terceiro lugar, e extramente importante, demandar trabalhadores e ampliar a oferta de trabalho, direta ou indiretamente ligados a Cia. Rio Claro. (...) Com o prolongamento da linha férrea rumo a São Carlos, Rio Claro deixa de ser ponta de trilho e passa a condição de intermediária.

O problema da mão de obra também foi resolvido com a imigração. O Estado de São Paulo subsidiou a vinda dos estrangeiros e um grande número de europeus veio para Rio Claro, tanto para o trabalho nas fazendas com também para os centros urbanos como aponta a tabela acima.

A transformação do regime de trabalho nas fazendas levou à diversificação da economia no estado. Uma variedade muito maior de produtos se fazia necessária a fim de satisfazer a demanda dos consumidores, e a natureza da economia dos bens de exportação brasileiros era tal que as importações não podiam dar conta da mesma. Alguns imigrantes abandonaram o trabalho agrícola e se



dedicaram a ofícios. Pequenas indústrias multiplicaram-se no interior de São Paulo. O centro da cidade de Rio Claro industrializou-se notavelmente. Sua posição, primeiro como terminal ferroviário, depois como ponto de baldeação entre a Paulista e a linha de Rio Claro, de bitola estreita, aconselha a construção de depósitos de vagões de ambas as ferrovias. Uma usina hidroelétrica começou a funcionar... Havia oficinas de construção de carruagens, selarias, serrarias, olarias, fornos de cal, uma fábrica de sapatos, várias tipografias, oficinas mecânicas e de fundição. Estabelecimentos menores fabricavam massa, sabão, vinagre, colchões, chapéus de palha, charutos, foguetes e gelo. Uma grande cervejaria vendia 600 mil litros para todo o estado (DEAN : 1977, p. 154).

Com o avanço dos trilhos, a cidade começa a progredir. Segundo Gonçalves (2001), por volta de 1900, Rio Claro tinha uma população de quase 32 mil habitantes, possuía rede telefônica, energia elétrica e demandava a instalação de uma rede de esgoto.

Rio Claro sofreu grande influência de imigrantes. Muito antes da proclamação da República, ainda no Brasil Império, o Senador Vergueiro foi um dos pioneiros a propor o trabalho livre com imigrantes em suas fazendas Ibicaba e Angélica.

A convivência dos imigrantes na cidade e no campo foi fundamental para o surgimento de diversos setores comerciais, educacionais, religiosos entre outros. Os alemães e suíços, que se instalaram na cidade, influíram de maneira significativa na organização social. Em 2 de dezembro de 1883, foi fundada a primeira escola Alemã da cidade, por intermédio do Pastor Jacob Zink, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, o qual contratou o professor Theodor Köelle para sua

docência.

Somente em 1896, as unidades públicas de ensino do município passaram à categoria de Escolas Reunidas de Rio Claro, em vias de se tornarem grupo escolar. Após a proclamação da República, o poder de Rio Claro passou a ser disputado por dois grupos políticos representados por Joaquim Salles e Marcello Schmidt.

Joaquim Salles, irmão de Manuel Ferraz de Campos Salles, que foi Presidente da República entre 1898 e 1902, era proprietário de fazendas de café em Rio Claro. Foi sob seu domínio que se instalou, em 1900, a primeira escola pública – Grupo Escolar – organizado pelo professor João von Atzingen, em 1900 e, por força do poder político local foi chamado de Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles, que era, então, deputado por Rio Claro e região.

Em 1900, foi também instalada a Central Elétrica de Rio Claro, produzindo energia na Usina Hidrelétrica Corumbataí. A cidade era iluminada com lâmpadas de arco voltaico, desde 1895, e já possuía rede telefônica. Em 1904, foram concluídas as obras do Grupo Escolar Joaquim Salles, que em 1900, trabalhava com classes masculinas e femininas em prédios distintos e passou a contar com dez classes em funcionamento. Em 1919, o grupo já distribuía suas dezoito classes em dois períodos.

Marcello Schmidt trabalhou na construção da linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e era proprietário de fazendas de café e, em 1904, venceu Salles nas eleições municipais.

Tanto o Grupo Escolar "Marcelo Schmidt" foi instalado em 1911, como o Grupo Joaquim Salles localizavam-se no centro da cidade, mas outros grupos viriam depois para servir os bairros.

Entre 1900 e 1920, a população crescera 2,3% ao ano. Em 1925, ampliou-se a rede de ensino público com a criação de mais uma escola, o

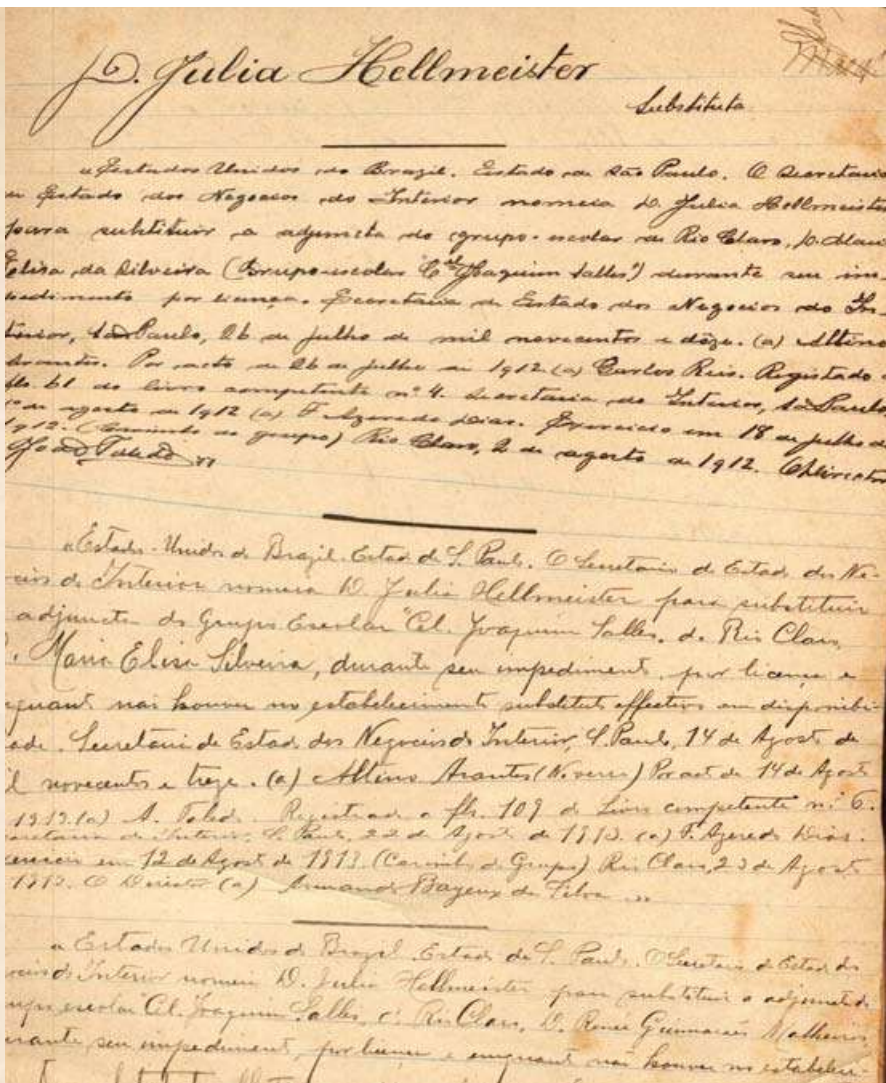
Grupo Escolar "Irineu Penteadó", que serviria os bairros da região norte da cidade.

Vale ressaltar que, na Primeira República, Rio Claro contava com três Grupos Escolares Estaduais, um Grupo Escolar Municipal, o "Barão de Piracicaba" e inúmeras escolas isoladas, além de um grande número de escolas particulares. A origem dos grupos escolares em especial, reporta entre outros aspectos o poder da aristocracia rural do café – em São Paulo – e seus respectivos coronéis, patentes dos patronos de inúmeras escolas do período em todo o interior.

As irmãs da Congregação Puríssimo Coração de Maria, que estavam radicadas no município desde 1909, trabalhando com uma escola primária na rede privada, fundaram, em 1928, a Escola Normal Livre que teve, durante muito tempo, importante função na formação de professores normalistas para regência de escolas primárias do município e da região.

De acordo com Souza (1998b), no Estado de São Paulo, os Grupos Escolares consolidaram um modelo de escola graduada fundamentada na classificação dos alunos, na divisão do trabalho docente e na racionalização do ensino. Tais estabelecimentos escolares tornaram-se símbolos da educação elementar e constituíram, de certa forma, uma identidade para o ensino primário no estado de São Paulo e em todo o Brasil.

Complementando essa ideia, Faria Filho (2000) apresenta a criação dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais, não apenas como forma de "organizar" o ensino, mas, principalmente, como uma forma de "reinventar" a escola, objetivando tornar mais efetiva sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade. Reinventar a escola significava, entre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação



Termo de posse. Foto do arquivo da Escola Joaquim Salles. Datado de 1912.

com as crianças, famílias e com a própria cidade.

Para Faria Filho,

(...) os grupos escolares e seu processo de organização significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares. (2000, p. 37).

Para Souza (2009), no início do século XX, as construções de prédios para grupos escolares e escolas

normais no Estado de São Paulo foram responsáveis pela constituição de uma das mais importantes e expressivas arquiteturas escolares do país. Importando da Europa estilos arquitetônicos como o neoclássico e o eclético, essas construções serviram de propaganda das realizações do poder público no campo educacional, simbolizando a importância da educação popular no projeto político, tanto dos republicanos históricos, como os da nova geração, ansiosos por republicanizar a República.

### Arquivo Escolar: Joaquim Salles

O objetivo deste artigo é, além de evidenciar o cuidado que devemos ter com os arquivos escolares, apresentar os primeiros resultados da série documental encontrada no Arquivo

Escolar Joaquim Salles. O processo de catalogação passou por procedimentos iniciais de seleção do material localizado e agrupamentos, conforme a natureza de sua produção. Nos primeiros contatos com o arquivo, observamos que há uma preocupação em organizar e preservar a documentação comprobatória de vida de alunos e professores. Dessa forma, o acervo fica acomodado em lugares denominados acervos correntes. As demais documentações são encaminhadas ao Arquivo Morto e, dependendo do tempo e de sua serventia, podem ser descartadas.

As visitas à escola e o projeto de pesquisa tinham como objetivo inicial realizar apenas um mapeamento do material conservado. No entanto, quando iniciamos o trabalho, observamos não ser possível realizá-lo, uma vez que, inicialmente, seria preciso organizar o próprio arquivo. Neste sentido, foi preciso repensar as ações. A escola Joaquim Salles, também preocupada com a preservação de seu patrimônio cultural, disponibiliza hoje uma sala somente para o arquivo. Os documentos encontram-se em fase de organização, pois, como sabemos, ainda há muita falta de material humano nas escolas. Seria necessário ter uma pessoa somente para cuidar e organizar o arquivo presente, já que a escola foi a primeira do município. Um grande avanço da instituição foi reconhecer a importância deste acervo e sensibilizar a gestão para sua preservação.

É importante destacar que o Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles é o primeiro grupo escolar da cidade, fundado em 1900, com um dos melhores acervos da cidade, embora ainda não organizado integralmente está disponível para pesquisadores. Além disso, por se tratar do primeiro grupo escolar e ter várias escolas isoladas vinculadas a ele, possui muitos documentos dessas outras escolas.



**Tabela 01: Série Documental do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles: 1900 - 1940.**

Produtor	Série documental	Data-limite		Quantidade
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Chamada	1900	1940	58 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Matrícula	1900	1940	28 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Correspondência Oficial	1905	1936	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro Caixa - Registro de Despesas do Expediente	1934	1938	02 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Faturas	1917	1917	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Mapa de faltas e folha de pagamento	1900	1940	15 encartes
EE Coronel Joaquim Salles	Atas de Exames	1900	1914	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de compromisso de professores	1905	1905	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Correspondências Diversas	1902	1940	05 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Ofícios Recebidos	1908	1908	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Licença do pessoal	1914	1914	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de inventário de objetos e móveis	1904	1936	03 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de notas de alunos	1900	1909	02 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de registro de penas indisciplinadas	1908	1908	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livros de Diário Oficial	1900	1915	13 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro - Caixa Escolar	1934	1934	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Rascunho Relatório Inspetoria	1910	1911	02 encartes
EE Coronel Joaquim Salles	Relatório de Inspeção	1901	1901	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Requerimento de Dispensa de Taxas	1924	1924	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Carga e Descarga	1907	1907	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Movimento de Classes	1910	1920	01 livro
EE Coronel Joaquim Salles	Livro Ponto - Administrativo	1900	1940	39 livros
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Eliminações	1912	1912	01 encarte
EE Coronel Joaquim Salles	Correspondências professores escolas isoladas para o Diretor do Grupo Escolar	1921	1921	01 encarte
EE Coronel Joaquim Salles	Declaração sobre Ensino Religioso	1935	1935	01 encarte
EE Coronel Joaquim Salles	Livro de Atas de Reuniões	1931	1940	03 livros

Os livros de chamada ou frequência dos alunos, livros de matrículas e ponto administrativo dos professores são os documentos que podem ser considerados como série documental, ou seja, estão preservados desde a fundação da escola até os anos de 1940.

Destaca-se, que o projeto fez esse recorte inicial pelos anos 40, por motivos da própria Secretaria da Educação em projeto de guarda de documentação permanente, nomeado “**Programa de Gestão Documental**

**Itinerante na Secretaria de Estado da Educação (PGDI/Educação)”**.

Isto é, as escolas públicas criadas no início do período republicano foram convocadas para informar a documentação que possuem e que foram produzidas até o ano de 1940.

O Decreto nº 48.897/2004, artigo 31, inciso III, e artigo 32 determina que todos os documentos produzidos, recebidos ou acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual até o ano de 1940 são

considerados de guarda permanente. Por essa razão, tais documentos não poderão ser eliminados, mesmo que sejam submetidos à microfilmagem, digitalização ou a qualquer outra forma de reprodução devendo ser preservados pelo próprio órgão produtor, ou recolhidos ao Arquivo Público do Estado (APE).

A tabela a seguir apresenta uma listagem dos documentos localizados de escolas isoladas, rurais e outros estabelecimentos:

Tabela 02: Série Documental Escolas de Rio Claro: 1900 - 1940.

Produtor	Série documental	Data-limite	Quantidade	
EE Marcello Schmidt	Livro de nomeação e licenças dos professores	1911	1919	01 livro
EE Irineu Penteadó	Livro de Correspondência - Auxiliar de Inspeção	1938	1938	01 livro
EE Marcello Schmidt	Mapa de faltas e folha de pagamento	1931	1940	10 encartes
EE Marcello Schmidt	Livro de Nomeação	1919	1935	03 livros
EE Marcello Schmidt	Livro de Títulos e Portarias	1940	1948	01 livro
Escola Anexa 7ª Companhia de Metralhadoras	Livro de Chamada	1919	1919	01 livro
Escola isolada Bairro Cachoerinha	Livro de Inspeção Escolar	1922	1922	01 livro
Escola isolada Bairro Conceição	Livro de Inspeção Escolar	1939	1939	01 livro
Escola isolada Bairro Conceição	Livro de Inspeção Escolar	1939	1939	01 livro
Escola isolada Bairro do Cabeça	Livro de Inspeção Escolar	1936	1936	01 livro
Escola isolada Estação Camaquã	Livro de Inspeção Escolar	1940	1940	01 livro
Escola isolada Bairro Conceição	Livro de Inspeção Escolar	1939	1939	01 livro
Escola isolada Fazenda Morro Grande	Livro de inventário de objetos e móveis	1939	1939	01 livro
Escola isolada Fazenda Pindorama	Livro de inventário de objetos e móveis	1940	1940	01 livro
Escola isolada Fazenda São José	Livro de Matrícula	1940	1940	01 livro
Escola isolada Fazenda São José	Livro de Matrícula	1939	1939	01 livro
Escola isolada Pau d'Alho	Livro de Inspeção Escolar	1939	1939	01 livro
Escola Mista Rural e Itapé	Livro de Chamada	1926	1936	04 livros
Escolas Isoladas	Livro de nomeação e licenças dos professores de escolas isoladas	1914	1914	01 livro

### Considerações Finais

Observa-se a importância de preservar os arquivos escolares, para a história da escola, ou seja, a materialidade escolar é fundamental para efetivação de leituras sobre a escolarização. Dessa forma, há que se incentivar as pesquisas quanto às organizações escolares e seus acervos.

É preciso reconhecer que a guarda de objetos escolares como carteiras, globos, mapas, livros, cadernos, entres outros objetos, possibilitam pistas das múltiplas maneiras como professores e alunos constituíram inteligibilidades e suscitam a investigação sobre diferenciadas formas de sua apropriação, oferecendo ao pesquisador possibilidades de apropriar-se de um tempo escolar, suas formalidades e práticas.

Destaca-se, ainda, a necessidade de políticas em âmbito nacional, que estabeleçam a preservação desse patrimônio educativo, para que possamos estabelecer diálogos profícuos com a história da educação e suas práticas de escolarização. ●

### REFERÊNCIAS

DEAN, W. Rio Claro: **Um sistema brasileiro de grande lavoura**. Tradução de Waldívnia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ESCOLANO, A. Tiempo y Educación. Notas para una genealogía del almanaque escolar. In: **Revista de Educación**, nº 298, 1992, p. 55-79.

\_\_\_\_\_. Tiempo y Educación. La formación del cronosistema. Horario en la escuela elemental (1825-1931). In: **Revista de Educación**, nº 301, 1993, p. 127-163.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Formação do trabalhador e ensino profissional**: a escola profissional masculina de Rio Claro. Campinas. Dissertação de Mestrado. 2001.

MOGARRO, M. J. Projecto: História e memória da escola. **Aprender – Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre**, 24.out.2001 p. 91-93.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Rio Claro**: uma cidade em transformação – 1850-1906. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**: lutas populares pelas escolas em Campinas. Campinas: Editora Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998a

\_\_\_\_\_. **Alicerces da Pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. UNESP, 1998b.

VIÑAO, A. La renovación de la organización escolar: la escuela graduada. In: SAUTER, G. O. (coord.). **Psicología y pedagogía en a primeira mitad del siglo XX**. Madri: UNED, 2003, p. 73-104.